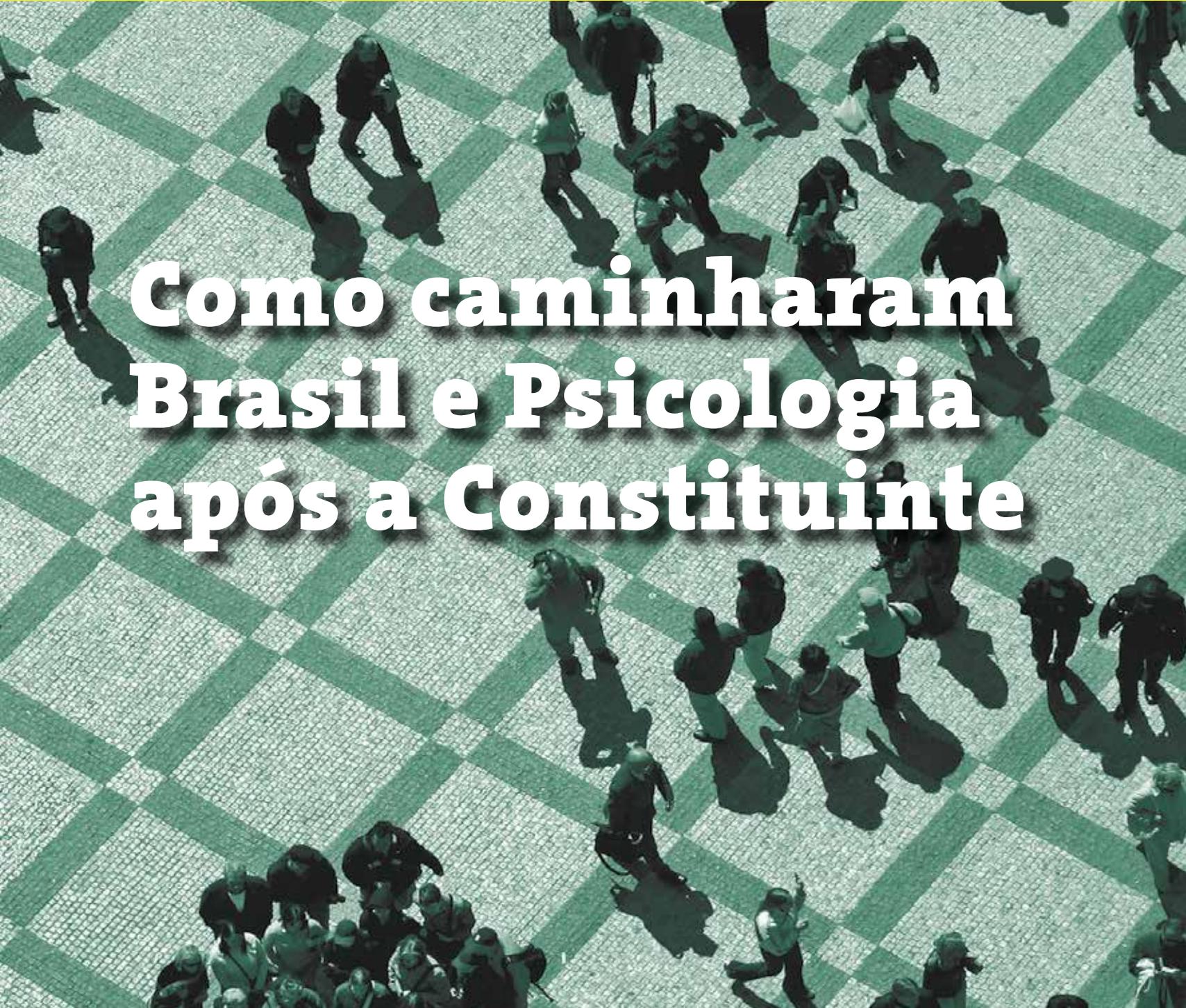


psi

nº 177 • janeiro | fevereiro • 2014



Conselho Regional
de Psicologia SP



Como caminharam Brasil e Psicologia após a Constituinte

Nos últimos 25 anos, País vivenciou democratização e crescimento de políticas públicas, o que contribuiu para ampliar a atuação dos(as) psicólogos(as)



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Maria Erminia Ciliberti
Secretário | Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureira | Adriana Eiko Matsumoto

Conselheiros(as)

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Erminia Ciliberti, Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel da Silva, Livia Gonsalves Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sérgio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui.

Comissão de Comunicação

Gerente-geral | Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação | Christiane Gomes

Realização | KMZ Conteúdo (11) 3031-7360
Jornalista responsável | Marina Bueno (MT) b 54.276
Reportagens | Erika Mazon e Marina Bueno
Arte | Fajardo Ranzini Design Gráfico (11) 3021-2465
Foto da capa | Shutterstock.com
Revisão | KMZ Conteúdo
Impressão | Rettec Artes Gráficas
Tiragem | 79.000 exemplares
Periodicidade | Bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

EDITORIAL | RUMO A NOVOS AVANÇOS •

Estima-se que este seja um ano tumultuado, mas os movimentos que se anunciam podem colocar em análise novos caminhos para a Psicologia. **3**

UM DIA NA VIDA | CENÁRIOS DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL •

Segundo maior campo de atuação dos(as) psicólogos(as) acompanha o movimento de valorização da saúde e qualidade de vida. **4**

SAÚDE SUPLEMENTAR | ANS ATUALIZA ROL DE PROCEDIMENTOS •

Medida reconhece a importância do atendimento psicológico. **6**

DIVERSIDADE | O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA •

Movimentos atuam para reverter o cenário de violência em que morrem 2,4 negros(os) para cada não negro(a). **9**

EVENTOS | PSICOTERAPIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE •

Promovido pela Abrap em parceria com o CFP e apoio do CRP SP, seminário reuniu profissionais em torno dos novos desafios. **12**

CAPA | CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS •

Ao completar 25 anos, em 2013, Constituição mostra os avanços e as lacunas que a sociedade e a Psicologia têm de preencher. **14**

MOVIMENTO | SAÚDE: DESTINAÇÃO DE 10% DO PIB AMPLIARÁ ACESSO E QUALIDADE •

Em torno do Saúde+10, entidades pressionam parlamentares para aprovarem lei de iniciativa popular. **20**

MUNDO MELHOR | A FORÇA DA MOBILIZAÇÃO POPULAR •

CRP SP defende a necessidade de se aliar e participar de movimentos sociais para qualificar a democracia. **22**

ORIENTAÇÃO | NÃO SEJA CONVIVENTE COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS •

Alerta: profissionais que atuam em instituições asilares não podem ser conviventes e negligentes com práticas de violação. **25**

QUESTÕES ÉTICAS | A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) COM FAMÍLIAS •

A psicanalista e professora Belinda Mandelbaum avalia as queixas recebidas pelo CRP SP quanto à atuação em situações familiares. **26**

SUBSEDES | PARCERIAS QUALIFICAM ATUAÇÃO •

Entre os apoios às iniciativas de interesse da categoria, destaca-se o da Subsede Baixada Santista ao Ciclo promovido pela Unifesp. **28**

MURAL | TRABALHOS SOBRE PSICOLOGIA E DITADURA NO BRASIL SÃO PREMIADOS •

Concurso selecionou os melhores artigos sobre o tema com o propósito de resgatar a história e impedir reincidências. **29**

ESTANTE | TÍTULOS •

Publicações tratam, entre outros temas, do exercício da Psicologia Clínica e do Serviço de Psicologia da Unidade de Oncologia da Unicamp. **31**

Rumo a novos avanços

Começamos um novo ano. 2014 tem sido anunciado por todos como um ano “tumultuado”. É ano de eleições e ano de Copa do Mundo. Elegeremos a nova presidência de nosso País e os governantes de nossos Estados num momento em que, no Brasil, a pauta da democracia e da conquista de direitos sociais está em evidência com uma intensidade que não assistíamos há algum tempo. Uma grande expressão desse processo são os movimentos que ocuparam as ruas ao longo do ano que passou e aqueles que se anunciam com a proximidade da Copa da Fifa, que será sediada no Brasil. Vimos um processo de intensificação de participação social que mobilizou e mobiliza a população a levar às ruas suas pautas, exigindo do Estado a garantia de direitos. As ruas são tomadas por pautas as mais variadas e, muitas vezes, antagônicas, refletindo as contradições de nossa sociedade e exigindo posicionamento e organização de coletivos e movimentos na participação no processo. Assistimos nas ruas também, não poucas vezes, as ações violentas do Estado militarizado, colocando em questão a democracia conquistada ao longo desses anos. Fato é que nesse processo, como reflexo de uma sociedade em que convivem interesses distintos, porque oriundos de grupos que vivem sob condições distintas, sua disputa colocou os projetos de Estado e gestão em questão e são esses projetos que devem estar em debate no processo eleitoral ao longo desse ano.

Neste mesmo momento, nossa Constituição completa 25 anos. Conhecida como a Constituição Cidadã e produto da redemocratização do País, essa Constituição reflete a conquista de um processo de participação social. Ela afirmou direitos, comprometeu o Estado com sua garantia, apontou formas de gestão democrática, priorizando o princípio da participação e do controle social. Ao longo desses 25 anos, conquistamos a saúde e a assistência como direitos da população. Também afirmamos os direitos das crianças e dos adolescentes em nosso País, numa



perspectiva que lhes confere absoluta prioridade, exigindo a articulação de um conjunto de sistemas e mecanismos para sua garantia. Realizamos inúmeras conferências nas mais diversas áreas, pautando o Estado na condução de suas ações e definindo os rumos de nossas políticas públicas. Mas é preciso reconhecer, também, que ainda temos muito a conquistar em nosso País.

O acesso à saúde ainda é um enfrentamento necessário. O financiamento da saúde pública e, de modo mais geral, da seguridade social, ocorre, a partir de emendas realizadas em nossa Constituição, num claro compromisso do Estado com interesses privados, colocando em risco direitos conquistados pela população. Os jovens, especialmente os jovens negros, morrem nas ruas de nossas periferias cotidianamente, muitas vezes pela ação do próprio Estado e em proporções descabidas, de forma silenciosa e impune. Em instituições que deveriam oferecer cuidado e proteção, desenvolver projetos socioeducativos e construir processos de atenção psicossocial, assistimos violações de direitos que colocam em

risco a cidadania garantida a todos os sujeitos pela Constituição.

Assim como costumamos fazer no início de um novo ano, é hora de avaliar para avançar. A Psicologia, por meio do trabalho dos(as) psicólogos(as), precisa também analisar seu percurso para se transformar. Participamos, como psicólogos(as), de forma ativa de todo esse processo. Somos hoje em torno de 50 mil profissionais da Psicologia atuando no SUS e no SUAS, além de todos(as) os(as) que trabalham nas mais diversas políticas públicas. Ampliamos nossa inserção nessas políticas e, desse modo, o acesso da população aos nossos serviços. Estamos também em outros tantos espaços, como clínicas e instituições com as quais contribuimos, por meio de nossos atendimentos, nossos grupos, nossas estratégias de cuidado, nosso trabalho em equipe, com a garantia de direitos à população brasileira. Somos reconhecidos como lutadores na conquista desses direitos. Ocupamos espaços nos órgãos de controle social, marcamos presença em conferências, fomos às ruas com os movimentos sociais. Mas também temos muitos desafios a enfrentar. Ainda precisamos de mais acesso aos serviços da Psicologia, ainda precisamos de maior presença nas políticas públicas e em outros campos de trabalho e ainda precisamos de trabalho sob condições dignas, que garantam sua qualidade. Precisamos, cotidianamente, em nossa atuação, construir projetos e processos que transformem a realidade, na busca da garantia dos direitos sociais e dos direitos humanos.

Diante disso, os acontecimentos esperados para 2014 podem ser promissores. Podem permitir colocar em análise os caminhos necessários para avançarmos como Psicologia e sociedade e podem nos colocar no rumo dessa caminhada. Aos(às) psicólogos(as) de São Paulo, o desejo de que nossos diálogos favoreçam esse processo.

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Cenários da Psicologia Organizacional

PROFISSIONAIS que trabalham em Recursos Humanos contribuem para o estabelecimento de novas formas de pensar e atuar

A Psicologia Organizacional e/ou do Trabalho é o segundo maior segmento de atuação dos(as) psicólogos(as) brasileiros(as), com inserção de cerca de 30% dos(as) profissionais, segundo dados apresentados em 2008 no Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Ela fica atrás somente da área clínica e está em evolução, em sintonia com movimentos de valorização da saúde e qualidade de vida. Assim, se no passado a maior parte dos(as) psicólogos(as) que trabalhava em Recursos Humanos (anteriormente chamados de psicólogos(as) industriais) concentrava-se em ações de recrutamento e seleção, hoje eles(as) ocupam cada vez mais cargos estratégicos em equipes multidisciplinares que privilegiam a promoção do bem-estar dos(as) trabalhadores(as) e a realização do potencial humano.

Nesse cenário, um dos desafios do(a) psicólogo(a) é promover ambiente produtivo, mas saudável, no qual sejam atendidas tanto as necessidades do(a) empregado(a) quanto da organização. E essa é a rotina vivida há 13 anos, desde a sua formatura, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), pelo psicólogo Adriano da Silva Hernandez. A decisão de atuar na área de Gestão de RH – hoje também chamada de Gestão de Pessoas ou do Trabalho – se deu ainda na época da faculdade, quando Hernandez estagiou em Empresa Júnior de Psicologia, que prestava serviços em seleção, capacitação e treinamentos. “Foi meu primeiro contato efetivo com a área, mas por ser a Unesp uma universidade pública, já pude desenvolver



Formado em Psicologia pela Unesp, Hernandez atua em RH há 13 anos

uma visão crítica sobre a questão do trabalho. Quando optei por seguir com Psicologia Organizacional, já tinha um certo embasamento, mas lembro que há sempre um hiato entre a formação acadêmica e o mundo real”, diz.

Mesmo com certa bagagem, o profissional sabia dos questionamentos que surgiriam da escolha de trabalhar para uma organização. “Acho que aqui entra muito um ponto ideológico, cercado por afirmações como ‘você vai trabalhar para o capitalismo, para um lucro’”, diz. Hernandez não nega que existem subcondições de trabalho e locais que oferecem menos do que o profissional necessita, mas ressalta as contribuições da Psicologia na questão do trabalho.

Como exemplo, expõe sua rotina: “atuo em uma organização de saúde que emprega cerca de 6 mil funcionários, com treinamento e desenvolvimento de pessoas. Temos módulos específicos de capacitação que tratam de comunicação, trabalho em equipe e mediação de conflitos. Nossa abordagem é a de educação permanente, na qual tudo é desenvolvido a partir da vivência dos profissionais. Fazemos roda de conversas e trazemos à tona os problemas. Não trabalhamos com cartilhas”, afirma.

“...A PSICOLOGIA REFORÇA QUE, PARA UM TRABALHO DE QUALIDADE, A DIMENSÃO SUBJETIVA NÃO PODE ESTAR FORA...”

Adriano da Silva Hernandez

capacitação que tratam de comunicação, trabalho em equipe e mediação de conflitos. Nossa abordagem é a de educação permanente, na qual tudo é desenvolvido a partir da vivência dos profissionais. Fazemos roda de conversas e trazemos à tona os problemas. Não trabalhamos com cartilhas”, afirma.



Contribuições

Hernandes destaca que em sua área, de formação e capacitação, profissionais psicólogos(as) colaboram com seus olhares diferenciados. “Falo isso, e muitos teóricos da Psicologia também, porque nossa profissão lembra a dimensão subjetiva e interacional do ser humano. O trabalho não é só técnico; podemos treinar as pessoas para fazerem algo tecnicamente bem, mas a Psicologia reforça que, para um trabalho de qualidade, a dimensão subjetiva não pode estar fora, sob o risco de as atividades tornarem-se algo mecânico”, acredita.

Já na parte de seleção, o profissional destaca a adoção de teste psicológicos, que são de uso exclusivo de psicólogos(as), mas que não podem ser a única ferramenta utilizada nem fator decisório para uma contratação. “Temos de utilizar testes psicológicos aprovados, dinâmicas e entrevistas para um processo de seleção de qualidade”, acredita. Para bons resultados, segundo ele,

a organização deve também ter bem definido o perfil dos cargos para subsidiar o trabalho dos(as) psicólogos(as) que atuam em Recursos Humanos. “Precisamos saber quais são as aptidões e competências necessárias. Isso tem de estar no papel. E, novamente, o psicólogo pode ajudar ao mapear os aspectos comportamentais necessários para determinados cargos e posições. Isso é muito importante, já que as contratações visam a perfis técnicos, e as demissões ocorrem por atributos comportamentais”, reforça, lembrando que a mudança comportamental merece e exige um tempo maior do que os treinamentos técnicos.

Atributos

Pela relevância e pelas diversas atribuições e domínios dos(as) psicólogos(as) que atuam em Recursos Humanos (saiba mais no quadro ao lado), são esperadas deles competências específicas. Hernandez destaca a habilidade de interagir com as pessoas e ser bom mediador, “já que temos relação com os trabalhadores (e suas reivindicações), com sindicatos, e estamos ao mesmo tempo na mesa da Diretoria”. O psicólogo acrescenta ainda a importância da formação de parcerias do RH

Áreas de estudo

A Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) identifica três domínios principais do(a) psicólogo(a) que atua em Recursos Humanos:

Trabalho: Centrado nas funções do trabalho e na construção da identidade.

Organizações: Preocupado com a definição e compreensão das estruturas das organizações e seu impacto sobre o indivíduo.

Gestão de pessoas: Focado na formulação de práticas, políticas e estratégias organizacionais para lidar com pessoas em contextos de trabalho.

As atribuições gerais podem ser conferidas no [link](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf) do Conselho Federal de Psicologia: site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf

com outras áreas da empresa, como a de comunicação e as técnicas, para não “acabar em um psicologismo que não contribui para nada”.

Já o grande desafio, para ele, é a questão da garantia da autonomia dos(as) trabalhadores(as) em suas atividades, para que possam pensar e opinar sobre o que fazem e não simplesmente executar tarefas. “O trabalho em saúde precisa especialmente de profissionais que se coloquem no lugar do outro, que saibam para quê e para quem trabalham. Ao conseguir superar esse desafio, ao impactar na realidade do trabalho, darei a minha maior contribuição.”

ANS atualiza rol de procedimentos

MEDIDA reconhece importância da Psicologia e inclui cobertura mínima obrigatória de 12 consultas em alguns procedimentos, como cirurgia bariátrica

Em 21 de outubro, a Agência Nacional de Saúde (ANS) – órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização de atividades que visam garantir a assistência suplementar à saúde – divulgou a Resolução Normativa 338, que atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde. A medida entrou em vigor em 2 de janeiro, e inclui procedimentos como cobertura mínima obrigatória de 12 consultas/sessões com psicólogo(a), por ano de contrato, a candidatos(as) a laqueadura, vasectomia, cirurgia bariátrica, implante coclear (conhecido como “ouvido biônico”) e pacientes ostomizados/estomizados, ou seja, que passaram por cirurgia para a colocação de fistulas.

A medida reconhece e consagra a importância de atendimento psicológico às pessoas que passam pelos procedimentos cirúrgicos incluídos, mas ainda há avanços necessários. No que pese a ampliação de consultas psicológicas para situações de transtorno ou sofrimento mental conquistada pela Psicologia no rol anterior, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) atuou, nesse processo, por uma nova ampliação. Roseli Goffman, conselheira do CFP nas gestões 2008/2010 e 2011/2013 e representante da entidade na ANS em 2012/2013, diz que foi apresentada, via CFP, uma justificativa para ampliação das consultas psicológicas para 48 anuais em todos os casos, mas a reivindicação não

foi contemplada. “Entendemos, portanto, que os planos de saúde não cumprem as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) nem da Lei nº 10.216/01, da Reforma Psiquiátrica. Isso porque é preciso que a saúde suplementar seja regida pela atenção integral ao usuário, e não imponha parâmetros inconsistentes para atendimentos psicológicos comprovadamente eficazes”, afirma

Cirurgias bariátricas

A necessidade de cuidados psicológicos a candidatos(as) à cirurgia bariátrica e a seus familiares sempre foi defendida pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), cujo trabalho inclui apoio a

SEGUNDO DADOS DE 2011 DO IBGE, A OBESIDADE ATINGE

12,5% DOS HOMENS E
16,9% DAS MULHERES NO BRASIL

organizações e entidades que possam melhorar ou contribuir para o cuidado de pacientes com obesidade, cirúrgicos ou não. Isabel Paegle, mestre em Psicologia da Saúde e coordenadora-executiva da Comissão de Especialidades Associadas da SBCBM, acredita que a oferta de 12 consultas/sessões a candidatos(as) à cirurgia bariátrica atende às necessidades básicas para o preparo psicológico. “Porém, muitas vezes, a morbidade da obesidade já se apresenta em grau tão grave que coloca a vida do paciente em risco, exigindo prontidão na avaliação”, ressalta. A profissional lembra ainda que o acompanhamento psicológico, focado no emagrecimento após a cirurgia, é de extrema importância. “Em minha dissertação de mestrado discuti os resultados com os achados da literatura, mostrando que o primeiro ano é um dos principais responsáveis pela manutenção do sucesso proporcionado pela cirurgia, ou seja, um período fundamental para evitar o reganho de peso, em médio e longo prazos, quando o paciente se mantém sob acompanhamento da equipe multidisciplinar. Isso é especialmente necessário com os emocionalmente imaturos, que precisam responder pela decisão da intervenção cirúrgica, o que torna extremamente necessário o acompanhamento psicoterapêutico pré-operatório”, defende. Isabel lembra ainda que a Resolução 1766/2005 do Conselho Federal de Medicina instituiu oficialmente a obrigatoriedade da presença de psiquiatras e/ou psicólogos(as) em equipes de cirurgia bariátrica e, dessa forma, explicita a necessidade de atenção à saúde mental dos(as) candidatos(as) ao procedimento.

É necessário também que os(as) psicólogos(as) tenham autonomia

para diagnosticar e sugerir tratamentos em suas especialidades – um dos dispositivos mais problemáticos do PL do Ato Médico, segundo o qual a formulação do diagnóstico e a respectiva prescrição terapêutica seriam atividades privativas dos(as) médicos(as).

Isabel reforça que o atendimento psicológico é necessário em diversas fases, do preparo ao acompanhamento pós-cirúrgico. “Ele contribui primeiramente para a sensibilização e conscientização do candidato à cirurgia bariátrica sobre a obesidade, uma doença crônica. Nesse contexto, a cirurgia atua como valiosa ferramen-

ta para o tratamento da obesidade e de doenças metabólicas (diabetes tipo 2, hipertensão arterial, índices elevados de colesterol e triglicérides, além de riscos cardiovasculares). Por isso, o paciente deve estar preparado e disposto a mudar o estilo de vida para ter assegurada sua capacidade de tolerância a essa nova rotina, e ser estimulado a reconstruir sua confiança”, diz.

A integrante da SBCBM destaca, no pós-cirurgia, a atuação do(a) psicólogo(a) no auxílio às pessoas que realizam a cirurgia para lidarem com a privação e a renúncia do ali-



Shutterstock.com



mento e, na evolução da dieta, para trabalharem o controle emocional, da ansiedade e da impulsividade. “Quando a dieta estiver liberada, o desafio é conscientizá-los a manter moderação, pois ainda não tiveram tempo suficiente para refazer a memória alimentar e desenvolver a percepção desse novo modo de se relacionar com o alimento, incluindo sentimentos de amor e ódio com a comida, imagem corporal e nova identidade social”, relata Isabel.

Cenário

O Brasil é um país com índices de sobrepeso alarmantes: de acordo com dados de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a obesidade atinge 12,5% dos homens e 16,9% das mulheres. Assim, segundo Roseli, é preciso haver instâncias regulatórias que atendam e se antecipem às 26 doenças associadas à obesidade, como câncer, diabetes e problemas cardiovasculares. “Para acolher essa enorme demanda, o SUS reduziu a idade mínima da cirurgia bariátrica para 16 anos. Há que se propor ação concomitante na saúde suplementar, de forma que 1/4 da população não esteja excluída do atendimento, retornando ao sistema público, que já financia em grande parte o sistema privado de saúde por meio de isenções fiscais”, diz.

Ampliar o acesso

A ampliação determinada pela ANS, segundo Roseli, terá efeitos até mesmo como divulgação das práticas profissionais da Psicologia, com impacto consequente na conscientização da população de seus direitos ao atendimento multidisciplinar. “Nossos processos de atenção psicossocial vêm exigindo formação e qualificação continuada, numa sociedade capitalista e de viés patrimonialista,

Pesquisa indica assimetria entre tratamentos

Em 2013, durante o 29º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em Brasília, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou à categoria e à sociedade a publicação *Regulação dos Serviços de Saúde Mental no Brasil: Inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar*. A obra, fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2009, identifica as principais normas jurídicas que regulam a atenção à saúde mental no âmbito do sistema de saúde brasileiro, e aponta para a necessidade de ampliação e aprofundamento dos debates sobre a regulação da saúde mental no Brasil. Os resultados da pesquisa indicam ainda uma assimetria entre o tratamento de saúde mental preconizado

pelo SUS e os tratamentos oferecidos no campo da saúde suplementar no Brasil, que atende mais de 40 milhões de pessoas. De acordo com a obra, “a atual regulação da saúde mental no campo da saúde suplementar não garante aos consumidores de planos privados de assistência à saúde um atendimento adequado e eficaz no que concerne à saúde mental, seja no âmbito do atendimento ambulatorial, hospitalar, domiciliar ou, ainda, nos atendimentos por sessões”. A obra completa pode ser acessada pelo link do CFP: site.cfp.org.br/publicacao/a-regulacao-dos-servicos-de-saude-mental-no-brasil-insercao-da-psicologia-no-sistema-unico-de-saude-e-na-saude-suplementar/.

que nos sujeita com o mínimo de tempo para o lazer e a contemplação às velozes mudanças das relações de trabalho e das relações com o conceito de saúde. Estamos em transição do conceito de prevenção em saúde para promoção em saúde, com todas as nuances que incidem em nossa prática cotidiana”, acredita.

Nesse contexto, é importante que os(as) psicólogos(as) participem dos

diversos movimentos e atividades promovidos pelos(as) usuários(as) dos planos de saúde, institutos de defesa do consumidor, conselhos de saúde e pelas entidades da Psicologia que defendem uma saúde suplementar que abranja todos os níveis de atenção à saúde, de forma integral e não limitada, e que cumpra as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.



O genocídio da juventude negra

MOVIMENTOS debatem e buscam saídas para reverter cenário de preconceito, racismo e violência crescente

De 2002 a 2011, o número de negros vítimas de homicídios no Brasil cresceu 30,9%: de 26.952 para 35.297. No mesmo período, a participação de brancos no total de homicídios caiu 26,4%, de 18.867 para 13.895. Entre os jovens de 15 a 24 anos, a diferença foi ainda mais acentuada: os homicídios de negros cresceram 24,1% enquanto os de brancos tiveram queda de 39,8%. Expressos no *Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil*, do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), esses e outros dados permitem concluir que a participação dos negros no total de vítimas de homicídios juvenis, que já era elevada em 2002 (chegava a 63%), cresceu ainda mais, alcançando 76,9% em 2011.

Outro estudo que aponta a mesma tendência é a Nota Técnica *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*, de Daniel R. C. Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura, produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“APESAR DE SEREM ENTENDIDAS POR MUITO TEMPO COMO HARMÔNICAS, AS RELAÇÕES RACIAIS, DURANTE A NOSSA FORMAÇÃO, FORAM ESTRUTURAIS DE VIOLÊNCIA”

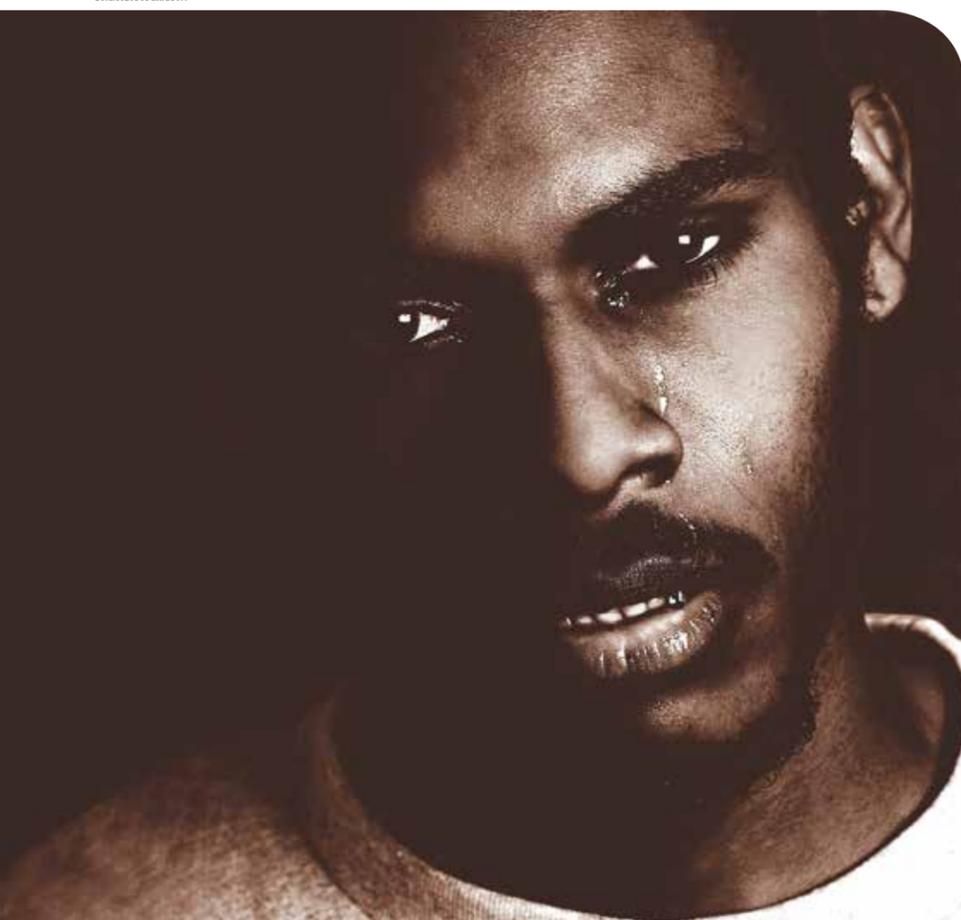
Márcio Farias

Ele cruza dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS) e do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, e constata que enquanto a taxa de homicídios de negros no Brasil é de 36 mortes por 100 mil, a mesma medida para os não negros é de 15,2, ou seja, uma razão de 2,4 negros para cada indivíduo não negro.

Esse cenário não é novo. Existem hoje cerca de 30 entidades representativas, de âmbito nacional, cuja bandeira é o combate à violência e a adoção de políticas públicas direcionadas aos negros. Elas começaram a atuar de forma mais

organizada e unificada em São Paulo em torno do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, criado em 2009 por motivação do assassinato de dois jovens motoboys negros por policiais. Quem lembra essa origem é o psicólogo Márcio Farias, do Círculo Palmarino, para quem as discussões acerca da problemática da violência policial contra a juventude negra avançaram também porque passaram a ser embasadas pelo *Mapa da Violência*. Para justificar sua visão de que o aumento da violência contra jovens negros resulta da convergência de dois fatores – o desenvolvimentismo brasileiro, que prioriza o acesso ao consumo em

Shutterstock.com



detrimto de políticas de redução das desigualdades, e o processo histórico, de formação do País –, Farias analisa o que considera serem as duas dimensões do racismo: estrutural e institucional. “Racismo estrutural é fruto da relação que estrutura nossa formação social. O Brasil se estrutura a partir da violência. A violência que povoa o País é a do senhor de engenho em relação às mulheres indígenas e africanas. Daí vem todo o processo posterior que baseia nossas relações. Apesar de serem entendidas por muito tempo como harmônicas, as relações raciais, durante a nossa formação, foram estruturais de violência”, reforça. A doutora em Psicologia Marisa Feffermann, pesquisadora do Instituto de Saúde e da Flacso, compartilha essa visão. Para ela, a constituição do Brasil se deu a partir de relação de opressão e violência, porém disfarçada pela lógica do homem cordial. “O que marca o

País é o escamoteamento dessa violência, que nega e esmaga qualquer coisa, qualquer movimento, que seja diferente”, acrescenta.

Por sua vez, o racismo institucional, segundo Farias, é o desdobramento do racismo no século XX, quando as instituições, públicas ou privadas, reproduzem direta ou indiretamente a relação de desigualdade que beira a discriminação tanto no campo social como no simbólico. Em outras palavras, o institucional sintetiza o que está colocado no campo das relações sociais. Como exemplo, o psicólogo cita o caso do segurança negro da Universidade de São Paulo (USP) que, por suspeitar de furto, espancou um homem, também negro, que tentava entrar em seu próprio carro. “Por conta da posição que ocupava, de garantir a segurança da instituição, ele acabou agredindo uma pessoa pela cor da pele”, diz.

Políticas públicas

Márcio Farias admite que o Estado começa a perceber seu papel no processo de violência contra a juventude negra. “Não dá pra negar que há políticas acontecendo, como a Juventude Viva, por exemplo. Mas elas vêm tardiamente. Afinal, ao longo do século XX, acompanhamos um efetivo processo de massacre da juventude em geral e da negra em particular”, reforça.

Exemplo mais recente, de outubro passado, foi o do jovem Douglas Rodrigues, de 17 anos, vítima de tiro disparado por policial militar na Vila Medeiros, zona norte da capital paulista. Antes de morrer, Douglas, que não havia feito nada nem esboçado qualquer reação, perguntou ao policial: “Por que o senhor atirou em mim?”. A frase tornou-se emblemática para os movimentos que buscam sensibilizar a sociedade para o grande número de negros mortos nas periferias em decorrência da violência policial. Ela evoluiu para “Por que o senhor atirou em nós?” e transformou-se em campanha, encabeçada por 17 grupos empenhados em ressaltar que o extermínio não atingiu somente Douglas, mas toda uma população jovem negra marginalizada e criminalizada pela Polícia Militar de São Paulo.

“ENQUANTO CONTINUARMOS BANALIZANDO ESSA SITUAÇÃO, ENQUANTO NÃO NOS INDIGNARMOS, ESTAREMOS COMPACTUANDO COM ELA”
Marisa Feffermann



Ilustração: Cesar Habert Facomnik

Para reverter esse panorama, é fundamental, na avaliação de Farias, discutir o papel da Polícia Militar. “Em alguma medida, temos de avaliar a desmilitarização e a adoção de um mecanismo de controle social para essa instituição de segurança. Uma instituição que não tem de prestar contas à população age à revelia”, declara ele, lembrando que a PM tem um histórico muito relacionado à formação de um País em que o elemento africano escravizado tinha de ser combatido. Isso fica claro, segundo ele, quando sambistas eram espancados pela polícia por descerem do morro com seus cavacos.

No mesmo sentido, Marisa traz à tona o que chama de “estado penal para a população descartável”. Segundo ela, o estado de direito vigora para alguns – em especial brancos, de classe média – e o estado penal, da polícia, vigora para os demais, que não atendem à lógica do mercado: não consomem e não produzem, por conta do desemprego estrutural. “E essa lógica penal, da militarização da polícia, do encarceramento – somos o quarto país do mundo que mais encarcera –, ampara o genocídio da juventude”, defende a pesquisadora, acrescentando que essa lógica leva à judicialização das relações e ao preconceito.

Além de aspectos sociais e culturais que produzem e fomentam preconceitos, Marisa destaca aspectos intrap-

síquicos envolvidos. “O preconceito é um mecanismo adotado pelo indivíduo para não ter de lidar com a realidade, é uma defesa psíquica, é projetar no outro, nas pessoas fragilizadas socialmente, a angústia e o medo de não ser aceito”, diz.

Paralelamente ao debate sobre o papel da PM, Márcio Farias acredita que devam ser adotadas e intensificadas políticas de redução da desigualdade: as ações afirmativas, no campo estrutural, e a efetivação de leis como a 10.639, de 2003, que tornou obrigatória, no currículo oficial da rede de ensino, a temática “História da Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, uma nova lei, a 11.645, atualizou o dispositivo e acrescentou obrigatoriedade também do estudo da história e cultura indígena. “Do ponto de vista simbólico, essa lei recoloca para a população em geral uma nova dimensão de pensar as relações raciais”, justifica.

Já Marisa Feffermann atenta para a necessidade de os(as) psicólogos(as) discutirem o tema não apenas sob a perspectiva militante – ela participa do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra –, mas de entender que a Psicologia tem uma função social. “Precisamos, como ciência, contribuir para mudar a realidade. Enquanto continuarmos banalizando essa situação, enquanto não nos indignarmos, estaremos compactuando com ela”, afirma. “Todos somos responsáveis, porque nossa identidade é negra: não no sentido de que somos todos negros, mas de que integramos uma sociedade capitalista que tem como expressão o racismo”, completa.

A Psicologia e o enfrentamento do racismo

Desde 2002, os(as) psicólogos(as) devem respeitar uma série de normas de atuação relacionadas ao preconceito e à discriminação racial, baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, na Constituição Federal e em leis nacionais e dispositivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Elas estão estabelecidas na Resolução CPF nº 018/02, do Conselho Federal de Psicologia, segundo a qual os(as) profissionais devem contribuir com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo, além de:

- Não exercer qualquer ação que favoreça a discriminação ou o preconceito de raça ou etnia.
- Não ser coniventes nem se omitir perante o crime do racismo, no exercício profissional.
- Não utilizar instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.
- Não colaborar com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.
- Não se pronunciar nem participar de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Psicoterapia nas políticas públicas de saúde

AMPLIAÇÃO do acesso da população à psicoterapia foi debatida em seminário na III Jornada Abrap

“A psicoterapia sempre atuou na transformação da sociedade, e é um equívoco desvinculá-la das políticas sociais.” A declaração, do então integrante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Henrique Rodrigues, na abertura do seminário *Psicoterapia nas Políticas Públicas de Saúde*, deu o tom à III Jornada Abrap, promovida em novembro pela Associação Brasileira de Psicoterapia.

Atividade da programação realizada em parceria com o CFP com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), o seminário reuniu, além de Rodrigues, a presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap), Emília Calixto Afrange, a presidente do CRP SP, Elisa Zanerato Rosa, e o convidado especial da Abrap, o psi-

cólogo e psiquiatra Juan Luis Linares, professor, diretor e fundador da Escola de Terapia Familiar da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha.

Em sua estada no Brasil, Linares lançou o livro *Terapia Familiar Ultramoderna – A inteligência terapêutica*, traduzido para o português e editado pela Ideias e Letras. Já no seminário, tratou da psicoterapia como recurso de intervenção em situação de violência por considerar que as instituições públicas ainda não entendem a importância e a necessidade dessa abordagem. Por isso, continuam a enfatizar exclusivamente as medidas de controle – segundo ele, fadadas ao fracasso se não estiverem incluídas em um conceito mais amplo. “Isso é uma miopia institucional”, declarou, conclamando os(as) psicoterapeutas a se posicionarem em relação ao tema. “O controle é necessário, mas só tem condições de ser eficaz se estiver integrado a um horizonte de complexidade superior”, reforçou.

Para ilustrar seu posicionamento, Linares narrou um fato ocorrido na Espanha, em que um homem foi denunciado, e preso, por sucessivos abusos sexuais à filha pré-adolescente. No dia da audiência de julgamento, ao chegar ao Palácio da Justiça escoltada por duas assistentes sociais, vinda de um centro de acolhimento onde permanecia temporariamente, a vítima foi interpelada pela mãe, que, diante do agressor, despejou em seu rosto ácido sulfúrico trazido de casa em um vidro. A garota foi

“A PSICOTERAPIA É A PRÁTICA PELA QUAL OS PROFISSIONAIS SE RECONHECEM COMO PSICÓLOGOS E A POPULAÇÃO RECONHECE A PSICOLOGIA”

Elisa Zanerato Rosa, sobre a atividade predominante dos(as) psicólogos(as) e o acesso da população à Psicologia

hospitalizada, e a audiência, suspensa. Pouco tempo depois, um jornalista que investigava o caso conseguiu fazer contato com os irmãos da menina, que, raiosos, ainda alimentavam o desejo de “acertar as contas com ela por ter desajustado a família”. “Esse é um exemplo do fracasso do controle em casos complexos como os de maus-tratos familiares”, expôs o psicólogo, citando que, em seu país, desde que entrou em vigor uma legislação que só prevê medidas de controles para conter a violência doméstica, os casos têm aumentado. Até porque, segundo ele, ao implantar

Christiane Gomes



Jornada Abrap debateu a contribuição da psicoterapia ao aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde

chip e outros sistemas para localizar e controlar os agressores, eles se transformam em “bestas ferozes”, que, em vez de refletir sobre as consequências do controle social, sentem-se estimulados à destruição. “Há muitas notícias de homens que, após várias agressões à companheira, acabam matando-a e se suicidando”, lamenta.

Linares traçou ainda um paralelo entre a violência física e a violência psicológica, afirmando que é uma grande simplificação considerar a primeira mais grave que a segunda. Tanto que o ferimento físico provocado em uma criança por ter caído de bicicleta pode ser o mesmo de um decorrente de agressão. No entanto, na agressão, a gravidade é maior justamente pelo fato de ter partido de

alguém que deveria proteger a criança, como pai, mãe ou outro familiar. “É a pauta psicológica subjacente que confere gravidade ao ato”, explica, afirmando que em 99% dos casos de maus-tratos, os aspectos físicos são banais. Assim, ele conclui, os(as) psicólogos(as) devem ter instrumentos para tratar esses casos.

Inserção

Em sua exposição no seminário, a presidente do CRP SP, Elisa Zanerato Rosa, apresentou um panorama da inserção de profissionais da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS), política pública que mais emprega esses(as) profissionais no Brasil e sua vinculação à prática da psicoterapia. “Há uma conquista de ampliação de

referências de atuação no SUS muito importante. Por outro lado, é necessário reconhecer em que situações é preciso garantir a psicoterapia como atendimento a uma população que, se não tiver acesso a ela pelo SUS, não terá por outro meio, porque não pode pagar por este como um recurso de atenção privado em saúde”, disse Elisa, acrescentando que o CRP SP e todo o Sistema Conselhos têm atuado pela ampliação da cobertura da psicoterapia na saúde suplementar.

Além da abordagem da psicoterapia nas políticas públicas, em São Paulo, a III Jornada Abrap incluiu também atividades itinerantes em Campinas (SP), em parceria com a Unicamp, e em Natal (RN), em conjunto com o Instituto de Psicologia Somática.

“ISSO É UMA MIOPIA INSTITUCIONAL”

Juan Luis Linares, sobre a adoção apenas de medidas de controle para o enfrentamento da violência

Conquistas e novos desafios

AO COMPLETAR 25 ANOS, Constituição traz à tona também os avanços da Psicologia

Não à toa a Constituição Federal de 1988 foi chamada de “cidadã” pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte e, portanto, coordenador do processo de elaboração do texto. Resultado da união de diferentes segmentos da sociedade dispostos a resgatar a democracia, a Carta Magna, apresentada aos(as) brasileiros(as) em 5 de outubro, assegurou princípios fundamentais, entre eles relativos à existência, à forma, à estrutura e ao tipo de Estado; à forma de governo e organização dos poderes; à organização da sociedade; ao regime político; à ação positiva do Estado; e à comunidade internacional. Esses princípios apontaram para um Estado Democrático de Direito, que deve estar comprometido com a justiça social, a cidadania, os pluralismos e a dignidade da pessoa, e cuja gestão se dá pela ação de três poderes, garantidas formas de controle e participação popular direta. Também é afirmado o compromisso internacional com os direitos fundamentais da pessoa, a autodeterminação e, ao mesmo tempo, a coo-

peração entre os povos e a integração da América Latina. A Constituição de 88 foi a sétima do País, antecedida pelas de 1824, outorgada por D. Pedro I, com cunhos liberais e conservadores; 1891, a primeira do regime republicano, inspirada no modelo constitucional norte-americano; 1934, curta, porém marcada pela introdução de uma ordem econômica e social que refletia as mudanças pelas quais o Brasil passava; 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas

em 10 de novembro, no mesmo dia em que, por meio de um golpe de Estado, passou a vigorar no País a ditadura do Estado Novo; 1946, que incluiu em suas regulamentações igualdade perante a lei, ausência de censura, garantia de sigilo em correspondências, liberdade religiosa, liberdade de associação, extinção da pena de morte e separação dos três poderes; e 1967, caracterizada como um dos aparatos legais adotados pelos militares para exercer o regime iniciado em 1964. O processo de construção do docu-

mento de 88, que marcou o final do período de ditadura civil-militar, foi relevante também pela grande capacidade de articulação dos partidos e das tendências ideológicas que disputavam espaço político, e, principalmente, pela ampla participação popular em torno do objetivo de concretizar a cidadania e a democracia. Tanto que a Constituição brasileira está entre as mais avançadas do mundo nos aspectos sociais (veja na página ao lado algumas das importantes mudanças que ela promoveu nesse sentido), com Direitos e Garantias Fundamentais subdivididos em cinco capítulos:

Direitos individuais e coletivos: Referem-se à pessoa e afirmam o direito à vida, igualdade, dignidade, segurança, honra, liberdade e propriedade (Artigo 5).

Direitos sociais: Dispõem sobre educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade, infância e assistência aos desamparados (Artigo 6).

Direito à nacionalidade: É vínculo jurídico entre um indivíduo e o Estado, o que torna a pessoa integrante do povo, com *status* de cidadania (Artigo 12).

Direitos políticos: Possibilitam aos indivíduos exercerem sua cidadania por meio da participação ativa dos negócios políticos do Estado (Artigo 14).

Direitos relacionados à existência, à organização e à participação em partidos políticos: Garante a autonomia e a liberdade plena dos partidos políticos como instrumentos necessários e importantes na preservação do Estado Democrático de Direito (Artigo 17).

O texto constitucional prevê ainda, no artigo 6º, a possibilidade de receber emendas. Assim, chegou a um quarto de século com 74 emendas (descontadas as seis de revisão, de 1993), o que não é necessariamente ruim dada a sua abrangência, que suscita o preenchimento de lacunas e/ou atualizações, mas podem significar risco a direitos duramente conquistados naquele momento. Por outro lado, estabeleceu como cláusulas pétreas, ou seja, não sujeitas a emendas que tenda a aboli-las, os dispositivos do parágrafo 4º: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

Já para assegurar o exercício da soberania popular, a Constituição prevê, além de sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, que foram regulamentados pela Lei nº 9.709/98. No entanto, o Projeto de Lei nº 4718/04, apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), busca revogá-la por entender que a utilização de referendo e plebiscito está bloqueada na medida em que depende de decisão do Congresso Nacional. Um dos críticos dessa dependência é o advogado, escritor e jurista Fábio Konder Comparato, para quem, com a Lei nº 9.709/98, “consa-

AVANÇOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Tema	Antes	Depois
Democracia	Vigorava a Constituição de 1967, segundo a qual “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Não havia referência a representantes eleitos ou à participação direta. O presidente da República era escolhido pelo Congresso ou por uma Junta Militar.	Passou a valer as sentenças “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” e “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular.”
Saúde	O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) atendia apenas contribuintes da previdência e seus dependentes. Demais cidadãos(as) se sujeitavam à disponibilidade de vagas em instituições filantrópicas.	Ficou estabelecido que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. Assim, todo(a) cidadão(ã), independentemente de trabalhar ou contribuir para a previdência, adquiriu o direito de acesso ao sistema público – o Sistema Único de Saúde (SUS). O Inamps foi extinto em 1993.
Racismo	A legislação atribuía aos atos de preconceito racial o <i>status</i> de contravenção penal, ou seja, não eram considerados crime. A lei mudou em 1985, mas manteve a discriminação racial como contravenção, e a pena máxima para quem os cometia, em um ano de prisão.	A prática do racismo passou a ser crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Para garantir a aplicação desse novo entendimento, em 1997 foi promulgada a Lei nº 9.459, que incluiu o delito no Código Penal. Assim, se a injúria contra outra pessoa consistir na utilização de elementos referentes à raça, à cor ou à etnia, a pena é de um a três anos de prisão. Caso ocorra o crime de divulgação de material ou símbolos nazistas, pode chegar a cinco anos.
Crianças e adolescentes	Questões envolvendo crianças e adolescentes eram tratadas pelo Juizado de Menores. Em geral, os chamados “menores” que cometiam delito ou viviam em situação de risco eram recolhidos em abrigos, sem avaliação aprofundada dos contextos familiar e social.	Crianças e adolescentes têm prioridade absoluta de direito à alimentação, à educação, à saúde e a todas as formas de proteção da família, do Estado e da sociedade. Essa determinação foi especificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que elucida o que é questão infracional e o que é abandono. Assim, programas de acolhimento passam a promover a cidadania.
Censura	Uma série de leis e dispositivos estabelecia os critérios da censura prévia a programas de TV, jornais, filmes, livros, músicas e espetáculos teatrais. A Lei nº 5.536/68, que criou o Conselho Nacional de Censura, deveria determinar a censura dos programas por faixas etárias. Mas, a maioria dos vetos ocorridos durante a ditadura militar tinha respaldo em um decreto mais antigo, de 1946, que regulava a censura prévia ao direito autoral e determinava, por exemplo, que nenhum filme pudesse ser exibido sem censura prévia e um certificado de aprovação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP).	A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação tornou-se um direito individual fundamental, independentemente de licença ou censura. Além disso, ficou expresso que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. A Censura Federal foi extinta e seus agentes reaproveitados em outras funções na Polícia Federal.

grou-se o absurdo de dar a um órgão delegado do povo soberano o poder de impedir, arbitrariamente, que este manifeste a sua vontade política”.

Impactos na Psicologia

Todas as transformações decorrentes das garantias fundamentais constitucionais impactaram profundamente a Psicologia e sua forma de organização. A professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Monalisa Barros, que até 20 de dezembro ocupava os cargos de diretora-tesoureira do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e coordenadora nacional do Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas (Crepop), admite: o processo constituinte e a própria Constituição inspiraram o Congresso Unificado da Psicologia, ocorrido em 1989, que promoveu a união da ala profissional, representada pelo Sistema Conselhos, com a ala sindical, em que estavam os sindicatos e a Fenapsi. Essa articulação teve como desdobramento o I Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que, segundo Monalisa, inaugurou uma forma de fazer política no âmbito do sistema: “em vez de serem pensadas por uma plenária ou diretoria, as decisões passaram a ser produzidas a partir da manifestação e do trabalho dos psicólogos em todo o País”, diz.

Sob o tema “Processo Constituinte – Repensando a Psicologia”, o I Congresso ocorreu em 1994, em Campos do Jordão (SP). Como delegada pela Bahia, Monalisa lembra que no evento já foi construído um embrião de funcionamento democrático do sistema, com consultas partindo das cidades, envolvendo os estados e chegando ao nível federal, além da abordagem do tema das eleições diretas para o CFP. “Foram avanços provocados ali, que, óbvio, receberam influência direta do primeiro congresso constituinte brasileiro”, reforça. E acrescenta que o CFP foi a primeira autarquia de profissão a propor esse modelo para seu próprio sistema. “Outros conselhos aderiram depois de avaliar como nós funcionávamos nessa construção democrática.”



ALINHAMENTO ÀS DEMANDAS SOCIAIS

Edição	Tema	Data/Local
I Congresso Nacional de Psicologia	Processo Constituinte – Repensando a Psicologia	1994/Campos do Jordão (SP)
II Congresso Nacional de Psicologia	O Psicólogo vai Mostrar a sua Cara!	1996/Belo Horizonte (MG)
III Congresso Nacional de Psicologia	Psicologia: Interfaces – Políticas Públicas – Globalização	1998/Florianópolis (SC)
IV Congresso Nacional de Psicologia	Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: Construindo o Compromisso Social da Psicologia	2001/Brasília (DF)
V Congresso Nacional de Psicologia	Protagonismo Social da Psicologia	2004/Brasília (DF)
VI Congresso Nacional de Psicologia	Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: Construindo o Projeto Coletivo da Profissão	2007/Brasília (DF)
VII Congresso Nacional de Psicologia	Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: Um Projeto Ético-político para a Profissão	2010/Brasília (DF)
VIII Congresso Nacional de Psicologia	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos	2013/Brasília (DF)

O psicólogo e professor da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec), Francisco Viana, compartilha o entendimento de Monalisa. Segundo ele, o movimento social que se organizou para a constituinte acabou por influenciar também os(as) psicólogos(as) na direção de rever sua forma de organização e legislação. “O Brasil viveu naquele momento uma situação de mobilização social, da qual participaram vários psicólogos em diferentes espaços, como saúde, educação, sistema prisional e direitos humanos. As emendas populares deram uma direção para o tipo de Constituição que queríamos para um novo Brasil que ainda precisaríamos construir. Essa construção, aliás, ainda não acabou, e requer a participação de todos os cidadãos. Fazíamos parte dessa história e tentamos, com ela, aper-

feiçoar nossas entidades e a relação de nossa profissão com a sociedade brasileira”, explica.

Após o I Congresso, a Psicologia foi intensificando gradualmente seu compromisso social e ampliando as áreas de atuação de seus(uas) profissionais, de forma a manter-se atualizada em relação a novas pautas, como globalização, políticas públicas, promoção de direitos, ética e cidadania. (Confira na página ao lado a relação de temas dos oito congressos já realizados). Monalisa reforça que, a partir do momento em que a categoria passou a se organizar de forma mais democrática, e a difundir mais políticas que deveriam ser adotadas no próprio Sistema, houve um despertar para a continuidade da construção de outras políticas públicas. “E com esse papel do Sistema, de

participação ativa nos diversos órgãos de controle social, acabamos não só ajudando a construir novas políticas como consolidando a inserção da Psicologia em espaços onde antes seus profissionais não figuravam como atores importantes. Nossa participação aumentou na construção e na execução das políticas, o que abriu uma série de portas e facilidade de trabalho”, completa. De fato, em 1988, segundo registros do CFP, atuavam no Brasil quase 62 mil psicólogos(as), número que saltou para atuais 216 mil, de acordo com o Cadastro Nacional de Psicólogos do Sistema Conselhos de Psicologia.

Francisco Viana também identifica os impactos do CNP na organização da profissão: “Ele foi um instrumento para aumentar a participação dos psicólogos na direção e nos rumos que queríamos para a profissão. Criamos um mecanismo pré-eleitoral que define as propostas de lutas e de trabalho para as direções das entidades do Sistema Conselhos, de forma que os dirigentes são eleitos com a plataforma criada pelo conjunto da categoria em congresso. Ao realizarmos a eleição, definimos quem serão os psicólogos que deverão levar adiante as propostas definidas em congresso.”

EVOLUÇÃO PROFISSIONAL

Em 1988 – portanto, até a promulgação da Constituição atual –, havia **61.738** psicólogos(as) em exercício no País, segundo registros do CFP.

+ 249,86%

Hoje, são **216.000** profissionais em atividade, de acordo com o Cadastro Nacional de Psicólogos do Sistema Conselhos de Psicologia.



Integração

Os avanços impostos pela Constituição e aqueles ocorridos no âmbito da Psicologia caminharam lado a lado para o aperfeiçoamento de políticas públicas. A assistente social Aldaíza Sposati, professora titular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e autora do livro *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras – o primeiro do gênero no País* –, cita que, do ponto de vista da Constituinte, não houve um debate maior sobre a questão da expansão da proteção social, por exemplo. “A esse respeito há apenas dois artigos, e genéricos”, reforça. Mas ela admite que a Carta acenou com o reconhecimento da assistência social como

um campo da civilidade social, que, assim, deveria seguir todas as diretrizes da seguridade. “Portanto, uma política pública de direito”, reforça, acrescentando que definições mais elaboradas vieram posteriormente: parte em 1993, com a regulação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), parte em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Apesar dos avanços, Aldaíza acredita que ainda hoje a proteção social não contributiva, ou seja, independente do seguro social, é marcada por uma cultura que não admite apoio ou que o considera sempre uma manifestação de assistencialismo. “Parece que o capitalismo ganhou dos direitos humanos”,

declara, explicando que a dignidade das pessoas não cresce na mesma proporção do desenvolvimento econômico. Essa lacuna, segundo ela, explica em parte as manifestações ocorridas no País no primeiro semestre de 2013, desencadeadas pelos integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), do qual Aldaíza se diz “simpatizante”. “Por que não pensar que o transporte pode ser um serviço público e um direito? Por que tem de ser lucrativo?”, questiona.

Em relação à integração da assistência social com a Psicologia, ela destaca que uma enorme novidade, ainda em elaboração, é a definição de equipes de trabalho de ambas as áreas em torno da proteção básica. Lamenta, porém, que ainda não haja articulações entre elas no âmbito de suas entidades para qualificar conteúdo no processo de formação. “Esse conteúdo traz para a Psicologia muitas questões, como as relacionadas ao sentido de se trabalhar com famílias, pessoas com baixo recurso, enfim, o papel da Psicologia diante dessas realidades. E, no lado da proteção especial, há também um grande desafio, pois a assistência social recebe as situações mais grotescas, de perdas, discriminações, etc. Trabalhar com populações em situação de rua é uma carga enorme, de grandes desgastes pessoal e emocional”, explica.

Políticas públicas

A ex-conselheira do CFP, Monalisa Barros, avalia que o alargamento das políticas sociais foi fundamental para as mudanças de perfil do País, inclusive socioeconômico, nos últimos anos. Mas observa que falta ainda um ganho paralelo importante, que é a garantia de tratamento a essas políticas: de educação, saúde e assistência social. “Houve um avanço em 2013, quando foram aprovados os percentuais de uso do dinheiro do pré-sal para a educação e saúde, mas há outras bandeiras”, defende, citando que o Sistema Conse-



O Censo Demográfico 2000 contabilizou população de **169.799.170 pessoas**, sendo **83.576.015 homens** e **86.223.155 mulheres**.
Do total, **137.953.959** residiam na zona urbana e **31.845.211** na zona rural.

Dez anos mais tarde, o Censo Demográfico registrou população de **190.755.799 pessoas**, sendo **93.406.990 homens** e **97.348.809 mulheres**.
Do montante, **160.925.804** residiam na zona urbana e **29.829.995** na zona rural.

+ 12,3%

lhos está na luta há algum tempo pelo Saúde+10, de destinação de ao menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a saúde, o que ainda não se consolidou. “A própria assistência social vive sem um aporte financeiro garantido para sua existência como política de Estado. Ela já tem uma lei orgânica, mas financiamento suficiente para a sua construção e manutenção é sempre um entrave. Ainda temos muito a caminhar.”

Em relação especificamente à profissão, Monalisa defende que a Psicologia foi reinventada a partir de 1988. Antes comprometida somente com os seto-

res organizacional e clínico, ao ingressar nas políticas públicas ela descobriu fórmulas para agregar outros processos ao trabalho dos(as) psicólogos(as) e ampliar o leque de intervenção deles na vida e na sociedade. Outro ganho paralelo a essa reinvenção, segundo ela, foi a criação do Crepop, o que ajudou a dar visibilidade a essas intenções e a expandir as atividades dos(as) profissionais.

O professor Francisco Viana faz outra observação relacionada ao elo entre políticas públicas e Psicologia. Segundo ele, participar das políticas públicas nas grandes cidades é relativamente fácil, mas é preciso interiorizar, estar

presente na saúde, considerando toda a sua complexidade, o que vai além da saúde mental. E completa: “Precisamos estar na educação, contribuindo para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, ajudando a construir relações mais solidárias e cooperativas. Precisamos estar no sistema prisional, discutindo o modelo de punição existente e a falência desse sistema. É necessário contribuir para a construção de relações mais solidárias no campo e na floresta. E que nesses espaços também existam serviços públicos para o desenvolvimento das políticas públicas. É necessário pensar o Brasil em toda sua extensão e complexidade.”

Saúde: Destinação de 10% do PIB ampliará acesso e qualidade

SAÚDE+10 visa assegurar a todos(as) os(as) brasileiros(as) o direito constitucional à saúde pública

Força política. Esse é o instrumento capaz de convencer o Congresso Nacional a inverter as prioridades e garantir o direito à saúde a todos os brasileiros, na avaliação do conselheiro Ronald Ferreira dos Santos, membro da Mesa Diretora do Conselho Nacional da Saúde (CNS). O órgão de controle social é um dos cerca de 40 coletivos representativos da sociedade brasileira que, em maio de 2012, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Brasília (DF), deram início ao Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública.

Conhecida como Saúde+10, a iniciativa visava coletar assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLP)

que alterasse o Projeto de Lei Complementar 141/2012 – hoje Lei Complementar, sobre a destinação de percentuais específicos para a saúde por parte de estados, Distrito Federal e municípios – e assegurasse o repasse de 10% do PIB ao setor, de forma a promover melhorias importantes tanto no acesso como na qualidade.

Passados quase dois anos, o saldo dos caminhos trilhados pelo Saúde+10 é positivo: a coleta e entrega ao Congresso de mais de 2,2 milhões de assinaturas se converteram no PLP nº 321/2013, que estabelece a obrigatoriedade de destinação, pela União, de montante igual ou superior a 10% de suas receitas cor-

rentes brutas em ações e serviços públicos de saúde. Uma série de revezes, no entanto, tem impedido a apreciação e aprovação do dispositivo popular e, por consequência, perpetuado os crônicos problemas do setor. Daí o apelo de Ronald Santos, do CNS, para que a sociedade e suas entidades representativas pressionem os parlamentares.

Aprovado pela Comissão de Legislação Participativa, e admitido para tramitar na Câmara Federal, o PLP nº 321 sofreu alterações e até “mutilações”, como explica o conselheiro: “O que apresentamos não foi considerado. Apensaram uma série de outros projetos que versam sobre financiamento, e

João Campello



Entidades da Psicologia participaram de diversos atos pela destinação de 10% do PIB à saúde

isso resultou na redução do montante a ser repassado pela União.”

No Senado não foi diferente. Nota divulgada pelo CNS no final do ano passado denunciava que, ao examinar um projeto de emenda constitucional para tornar impositivo o orçamento aprovado pelo Congresso, a Casa incluiu na proposta – e aprovou de maneira surpreendente – dispositivo tratando de recursos para a saúde com valores reduzidos, atropelando a análise do Projeto de Iniciativa Popular pela Câmara. Se a redução aprovada pelo Senado for de fato adotada, o CNS estima que representará perda de R\$ 200 milhões para a saúde, em cinco anos, em relação ao valor proposto pelo PLP para ser destinado à área.

A associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres) também se manifestou no mesmo sentido, encabeçando outra nota, de repúdio. O texto classifica como “desrespeito” o comportamento do Congresso e do Governo para com o Movimento Saúde+10 com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC

22A/2000) pelo Senado, que destina valor muito menor para a saúde pública do que propõe o PLP nº 321/2013.

Mobilização

A luta para sensibilizar governo e parlamentares em torno da bandeira tem conquistado adesões como as das centrais sindicais, que também divulgaram nota pública unificada em apoio à pressão popular pela tramitação em regime de urgência do projeto. A presidente do CNS, Maria do Socorro de Souza, em discurso no Congresso Nacional, reforçou a reivindicação do que classifica “distribuição de riqueza, produzida pela classe trabalhadora”. Segundo ela, o superávit primário não pode ser o carro-chefe de nenhum governo democrático. “O carro-chefe de um governo democrático é o desenvolvimento social”, argumentou.

Ronald dos Santos, que representa o CNS no Saúde+10, vai mais longe: “Precisamos vencer o lobby do sistema financeiro, que, nesta semana (início de dezembro passado), conseguiu elevar os juros para 10%, que mantém a maior bancada do Con-

gresso Nacional, e que é capaz de impedir que parte dos recursos dos tributos seja destinada a políticas públicas”.

Ao afirmar ainda que falta equilíbrio na distribuição de verbas, já que a maior parte da riqueza produzida continua indo para o sistema financeiro, o conselheiro defende a lógica segundo a qual, no atual cenário de crescimento econômico do País, é preciso considerar recursos à saúde como investimento. “Imagine o impacto da redução de milhões de internações no processo produtivo: haveria menos afastamentos, ou seja, uma ampliação da força de trabalho, tanto para produzir como para consumir”, argumenta. E conclui que “além de proteger a vida – uma prioridade diferenciada –, injetar recursos na saúde também contribui para o processo de crescimento”.

Psicólogo(a): conheça o movimento Saúde+10 e as ações previstas em defesa de mais verbas para o SUS nos sites: www.saudemaisdez.org.br e conselho.saude.gov.br



Movimento iniciou com a coleta de assinaturas para elaboração de Projeto de Lei de Iniciativa Popular

A força da mobilização popular

PARTICIPAÇÃO social em manifestações e disputas de projetos qualificam a democracia

O ano de 2013 foi marcado por intensas manifestações populares nas principais cidades brasileiras. Como entidade profissional aliada à defesa de direitos humanos e aos avanços de políticas públicas, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) participou ativamente de ações e debates, em linha com seu entendimento de que é preciso preencher os espaços de participação social em parceria com movimentos representativos da sociedade, de forma a viabilizar diálogos críticos com os governos.

Tanto essa posição é acertada que os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô levaram à abertura de negociação e à revogação da medida. Meses depois, no entanto, a grande contribuição das mobilizações foi uma crença maior na participação política, na militância e no engajamento, e o fortalecimento de lutas urbanas, rurais e indígenas, na avaliação da estudante de Direito Nina Cappello, militante do Movimento Passe Livre (MPL), uma das participantes nas convocações desses protestos. “Espero que esse movimento continue, e cresça, para que as pessoas tomem os rumos de suas cidades”, defende.

No Brasil, é comum associar cidadania à eleição, já que o voto, no sistema democrático, é um direito do cidadão. Porém, essa não é a única forma de participação política, nem a única maneira de entender política. Na avaliação do filósofo colombiano

“A SOCIEDADE PRECISA SE ORGANIZAR E QUESTIONAR SE DESEJA ESSE MODELO QUE CRIMINALIZA OS MOVIMENTOS SOCIAIS, QUE CRIMINALIZA A POBREZA, OU SE PREFERE UMA DINÂMICA QUE ACREDITA NO FORTALECIMENTO DOS DIREITOS”

Nina Cappello, militante do MPL

José Bernardo Toro e da especialista em análise econômica Nísia Werneck, o “cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social, e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar”. A definição está expressa na obra *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*, segundo a qual “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”.

Nina Cappello concorda. Para a militante, o interessante é que não existem formas predeterminadas de mobilização e participação política. “Defende-

mos que as pessoas tomem os rumos de suas vidas, de suas cidades e, assim, decidam inclusive como as decisões devem ser tomadas.” Como exemplo, ela cita que as várias mudanças ocorridas no transporte público da capital paulista, para além da redução do aumento da tarifa, são também uma maneira de gestão direta do transporte público. “A mobilização e organização em diversas regiões da cidade contra uma determinada política também configuram participação política, que vai sendo criada no próprio contexto de luta”, afirma.

Nesse sentido, para Nina, não há ideias predeterminadas de auto-orga-

nização; é a especificidade de cada região e da pauta de reivindicações que determina o tipo de mobilização que faz sentido.

O pensador e professor José Paulo Netto, doutor em Serviço Social pela PUC-SP, vai ainda mais longe ao afirmar, em relação às manifestações do ano passado, que quando há povo na rua, sempre há também esperança, expectativa. Tanto ele acredita nisso que, segundo entende, o Brasil mudou a partir das mobilizações. “Ninguém ousou dizer que as reivindicações, as mais diversas, não eram válidas”, afirmou em entrevista a emissora de TV. Já em relação ao fato de os movimen-

tos não terem sido dirigidos, defendeu: “Grandes manifestações histórias não começaram com direção. São precipitações sociais.”

Participação

José Bernardo Toro e Nísia Werneck afirmam que a participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Isso significa considerá-la um valor democrático, o modo de vida da democracia. Ambos também pontuam que não é possível prever a ordem de convivência democrática sem a participação ativa de toda a sociedade. “Uma sociedade é democrática e produtiva quando

todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar novos futuros. A exclusão de um setor pode ser definida como a impossibilidade de fazer competir os seus interesses frente a outros interesses”, expressam os autores.

José Paulo Netto coaduna desse entendimento ao defender que, o que de fato deve ser levado a sério nas manifestações recentes ocorridas no Brasil é que uma massa grande de pessoas foi às ruas por reivindicações que tinham, sim, foco: fim da corrupção, saúde, educação, direitos civis de qualidade. Esse é, afinal, o exercício da democracia, ou seja, a defesa de inte-

Antonio Scorza / Shutterstock.com





Os meios de comunicação e a mobilização social

Compartilhar ideias, objetivos, desafios e premissas de um movimento ou mobilização social é fundamental para a coletivização do processo. Hoje, as redes sociais são um dos principais meios de divulgação de mobilizações, embora muitas das informações nelas dispostas sejam inverídicas e/ou desencontradas. Pior: muitos meios de comunicação criminalizam e desvirtuam os movimentos.

O MPL é um dos que mantém página no Facebook com uma série de informações. Nina Cappello concorda que a rede é um dos principais veículos de divulgação, mas ressalta que “nenhuma luta concreta será organizada apenas pelas redes sociais”. A militante defende a importância de um trabalho de base sério, regionalizado, que inclua escolas e líderes comunitários, panfletagens e reuniões.

resses antagônicos, a disputas de projetos e os debates – o que não necessariamente envolve o Estado.

Também nesse sentido, a grande participação social nas manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô pode ser entendida como um processo de longo prazo, o que permitiu agregar diversos grupos em torno de um mesmo interesse. Para a militante do MPL foi fundamental existir – há muito tempo – a organização do movimento com um planejamento intencional do que seria a luta e com uma pauta muito clara. “A questão urbana

mexe com qualquer um, principalmente os que estão na periferia. O que as pessoas passam no transporte público para ir e voltar do trabalho é uma violência diária. Então, quando uma pauta assim é tratada com profundidade, com uma crítica mais ampla da cidade, e há ainda o aumento da tarifa de um transporte mercantilizado e sucateado, a mobilização é muito maior”.

Nina observa, por outro lado, que a repressão policial e a criminalização

em diversos âmbitos é uma regressão na efetivação de direitos. E sugere a reflexão sobre o cenário, “que é de um Estado que criminaliza e oprime cada vez mais. A sociedade precisa se organizar e questionar se deseja esse modelo que criminaliza os movimentos sociais, que criminaliza a pobreza, ou se prefere uma dinâmica que acredita no fortalecimento dos direitos, e, de fato, valoriza aqueles que estão lutando por isso”.

Não seja conivente com violação de direitos humanos

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) vem adotando importantes medidas de enfrentamento a ações de privação de liberdade e violações de direitos humanos em instituições de tipo asilares – comunidades terapêuticas, clínicas de recuperação de usuáries de drogas, hospitais psiquiátricos, manicômios judiciários, asilos, unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, entre outros. Nesse contexto, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) alerta aos(as) psicólogos(as) que atuam nesse tipo de instituição, principalmente em comunidades terapêuticas, que fiquem atentos(as) à garantia dos direitos humanos.

Marília Capponi, conselheira do CRP SP, atenta para práticas comuns nessas instituições que configuram violações aos direitos humanos dos(as) usuáries(as), identificadas em fiscaliza-

ções realizadas pelos conselhos de Psicologia em comunidades terapêuticas desde 2011: monitoramento de ligações telefônicas, correspondências, visitas e saídas do(a) usuárie(a); restrições/rompimento de vínculos familiares e sociais (como a ausência de atividades de trabalho, estudo e lazer); agressões físicas e verbais, isolamento, segregação e confinamento em quarto; imposição de credo; exigência de exames clínicos, como o anti-HIV; e desrespeito à orientação sexual.

Há a necessidade urgente de desvincular as práticas de cuidado da noção de castigos ou pena, reduzindo à condição de objeto e privando da cidadania os sujeitos-alvos das ações impostas por essas instituições. As atividades devem visar sempre à saúde, à cidadania, à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e danos. Deve-se buscar compreensão dos fenômenos em sua com-



plexidade e a multiplicação de estratégias de cuidado, o que envolve a escuta, o acolhimento das necessidades, a criação de projetos terapêuticos individualizados e de intervenções psicossociais.

Os(as) profissionais não podem ser negligentes nem coniventes com práticas de violação de direitos, conforme disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabendo construir as medidas necessárias em casos de ocorrência.

Psicólogo(a): alguns documentos do Crepop podem contribuir especialmente com sua prática no enfrentamento à violação de direitos humanos.

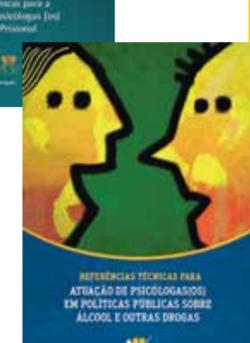
Acesse crepop.pol.org.br e confira as seguintes publicações, no link documentos de referência:



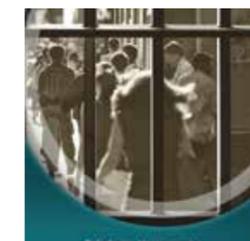
Assistência social



Unidades de internação



Políticas públicas sobre drogas



Sistema prisional



Proteção social



Atenção à mulher

A atuação de psicólogos(as) com famílias

PROFISSIONAL analisa queixa recorrente apresentada ao CRP SP e discute os desafios para a atuação de psicólogos(as) em contextos que envolvem conflitos familiares

Belinda Mandelbaum é psicanalista, professora associada e coordenadora do Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade do Departamento de Psicologia Social do IPUSP. Também é autora de *Psicanálise da família* (2010, Casa do Psicólogo, 2a. edição) e *Trabalhos com famílias em Psicologia Social*, ainda no prelo.

Há anos, o CRP SP recebe queixas da atuação de psicólogos frente a situações familiares, sobretudo referente a avaliações dos vínculos familiares visando ao estabelecimento de guarda de filhos e regulamentação de visitas, como no caso apresentado no boxe da página ao lado. Muitas vezes, impere uma concepção legalista de família, como se, por exemplo, a família de uma criança fosse apenas seus pais ou aqueles que têm sua guarda. Em um contexto social com tantas configurações e arranjos, o que podemos chamar de família?

Belinda – Há algumas coisas a serem ditas aqui antes de pensarmos numa possível definição de família. Começarei pelo caso relatado: chama atenção, segundo o relato do parecer, a tendenciosidade na apresentação dos dados de observação e análise do caso pela psicóloga, que contribui para uma cisão entre a relação criança-pai (vista como má) e a relação criança-padrasto (vista como boa). Claro que parto da suposição, bastante provável, de que não se trata de uma situação extrema em relação ao pai, uma vez que, se fosse este o caso, a psicóloga estaria correta e não teria sido alvo de um questionamento ético. Dessa forma, o trabalho de avaliação psicológica não pôde contribuir para uma maior integração dos vínculos nessa família, o que significaria levar em consideração aspectos positivos e negativos, bons e maus, presentes em todas as relações, dentro e fora da família. O parecer afirma que a avaliação profissional foi feita a pedido da genitora, o que deve ter exercido uma forte pressão para que a psicóloga fizesse o diagnóstico que fez. Sabemos que o trabalho psicológico com famílias, seja de diagnóstico ou tratamento, acontece num campo de pressões emocionais muito poderosas, que tendem a arrastar o profissional a tomar partido, fazer conclusões,

etc., abandonando assim o seu lugar de observação e escuta, que depende de liberdade para que possa pensar por conta própria. Vejo, então, para além da falta de fundamentação teórica relatada (o que não posso avaliar diretamente, porque não li o relatório da psicóloga), uma visão bastante parcial dos dados observados. Há ainda um elemento que chama atenção na recomendação da psicóloga: ela sugere o afastamento do pai para evitar conflitos. Há, portanto, a ideia de que conflitos familiares devem ser evitados. Não posso concordar com isso: os conflitos sempre existem e devem, na medida do possível, ser enfrentados, pensados, elaborados. Só assim o desenvolvimento de todos é possível. O conflito evitado não desaparece: ele se torna presente de outras formas, silenciado, mas manifesto na forma de atuações, sintomas e adoecimentos psíquicos. Não concordo que impere uma concepção legalista de família, não nesse caso apresentado. A lei que regula as questões de família (ver, por exemplo, o ECA ou a parte referente às leis de família no Código Civil Brasileiro) é mais avançada do que a concepção presente no documento elaborado pela psicóloga. Se ela seguisse a lei, teria que considerar com mais cuidado os direitos de ambos os pais e da criança à convivência. A 'lei' que ela seguiu foi a ditada pela mãe, que era quem

requisitava e pagava seu serviço. Trata-se, portanto, de uma transgressão da lei. O que ocorreu aparentemente está mais no campo da irracionalidade do que da legalidade. E seria importante que os psicólogos conhecessem melhor as leis que regulam as relações familiares.

Quanto ao que se pode chamar de família, diversos estudos nos campos sociológico, demográfico, antropológico, psicológico e psicanalítico mostram que há uma diversidade de arranjos familiares, de formas de definir a família. Um terapeuta de família de base psicanalítica poderá dizer, por exemplo, que 'família é quem as pessoas que o consultam consideram como sua família'. No próprio caso apresentado, mãe e psicóloga definem a família segundo seus interesses, excluindo o pai. É claro que essa concepção singular de cada família sobre quem consideram ser parte de seu conjunto deve passar por reflexão e elaboração no processo terapêutico, para eventualmente poder integrar partes suas excluídas, negadas. O próprio censo demográfico leva em consideração uma diversidade de arranjos que incluem a família nuclear, a família estendida, a família monoparental e até pessoas que vivem com amigos ou sozinhas. Talvez um elemento de consenso entre as diversas áreas de conhecimento sobre a família é de que estamos tratando de uma instituição social, histórica, mutante, e não de uma organização natural, de caráter biológico. A família se faz e se desfaz no entrecruzamento de vínculos naturais e sociais.

Frequentemente se repete o chavão de que a família é o 'porto seguro' das pessoas, responsável por aquilo que somos, que nos tornamos. É isso que justifica o atendimento a famílias? Aliás, o que significa 'atender famílias'?

Belinda – Numa sociedade em que tendemos a nos tornar átomos anônimos na multidão, em que a vida de muitos parece não ter valor, de fato a família pode ser um último reduto afetivo, um 'porto seguro', um lugar de reconhecimento, cuidado e proteção. Também é um lugar que deve propiciar o desenvolvimento físico e psíquico, visando à futura independência de seus membros.

Infelizmente, no entanto, sabemos que a família é também lugar onde pode grassar a irracionalidade, a violência, os abusos físico e psíquico. E muitas vezes isso justifica um atendimento à família – não para normatizá-la, para discipliná-la, mas para ajudá-la a pensar-se enquanto família, a dar-se conta de dinâmicas recorrentes de funcionamento que podem enlouquecer, que produzem sofrimento. O atendimento a famílias pode ajudar a que se instaure o diálogo ali onde só havia atuações impensadas. Mas claro que a família não pode ser responsabilizada por tudo o que somos. Cada um de nós é resultado de um amálgama de identificações, consequência de vínculos na família, na comunidade, nas instituições que frequentamos, nas amizades que fazemos ao longo da vida. Estamos sempre nos tornando, como resultado das mudanças na vida. A família, aliás, deve poder de algum modo desfazer-se na vida de cada um para que outros vínculos sejam possíveis.

Cada vez mais há situações em que os profissionais deparam com o atendimento a famílias: no CRAS, Creas, NASF, varas de fa-

mília, consultório, etc. Quais os desafios para psicólogos(as) no atendimento a famílias? Como, por exemplo, efetivar a partir de nosso trabalho o direito à convivência familiar?

Belinda – Talvez o primeiro grande desafio que devemos enfrentar como psicólogos é o de dar conta – ou seja, reconhecer, refletir e elaborar – de nossos próprios preconceitos. Todos crescemos com concepções muito arraigadas e estancadas do que seja uma família, de como ela deve ser, de que há uma hierarquia moral entre diferentes famílias. Abrir-se ao outro, à família que atendemos, é, antes de mais nada, abrir mão de preconceitos que obturam nossa escuta e nossa compreensão sobre o modo de funcionar do outro, sobre os seus próprios sentidos. Cada família organiza-se para dar conta de suas tarefas de vida e sobrevivência, e isso depende de condições econômicas, culturais, ambientais, etc., muito diversas. Outro desafio, portanto, é o de ver a família em seu próprio contexto, levando em consideração as condições de vida mencionadas. O psicólogo não pode abstrair essas condições. Precisa conhecê-las, porque formam a moldura no interior da qual as famílias pensam, agem,

falam, fazem o que fazem. Pierre Bourdieu, um sociólogo francês, diz que devemos ter a disposição para compreender o outro com uma proximidade tal que nos permita pensar que, se estivéssemos em seu lugar, talvez fizéssemos o mesmo. Não somos, portanto, superiores. Outro desafio importante para os psicólogos é o do estudo. Há um acúmulo de conhecimentos sobre família e atendimento familiar que pode oferecer ferramentas importantes para o trabalho. Não se trata de sobrepor as teorias às famílias concretas, mas de obter conhecimentos que permitam uma ampliação e um aprofundamento das questões que podem ser formuladas e pensadas com as famílias atendidas. O direito à convivência familiar, por exemplo, depende do reconhecimento da família como um grupo que é diferente da soma de seus membros, no qual cada um dos integrantes cumpre uma função, tem um lugar no todo. Essa compreensão, por exemplo, advinda dos estudos sistêmicos sobre família desde os anos de 1950 do século XX, permite uma relação mais inclusiva com todos os membros da família, sabendo que cada um conta, é importante para o seu funcionamento, seja patológico ou saudável.

A prioridade da convivência familiar

O genitor conta que a mãe de seu filho solicitou à psicóloga um parecer sobre a percepção da criança em relação ao pai e ao padrasto. A psicóloga elaborou o documento e desaconselhou a reaproximação entre pai e filho. Expôs os pontos positivos da relação entre a criança e o padrasto, mas apenas os negativos na relação com o pai. Expressou que a presença do pai seria negativa e geraria conflitos, sem fundamentação teórica para tal. Devido à recomendação, eles não se veem há anos.

A psicóloga confirma que, a pedido da genitora, elaborou o parecer quanto aos vínculos familiares da criança. Não discorreu sobre a inclusão do pai, pois não estava relacionado com o objetivo do trabalho. Considerou contraindicado o genitor interferir na fase que o filho atravessava, ou seja, o novo casamento da mãe, pois a aproximação geraria conflitos. No documento produzido não existem

resultados conclusivos, e sim uma ponderação do que observou no comportamento da criança, que estava em atendimento há bastante tempo. Não expôs a discussão teórica, pois entendeu que não contribuiria com a finalidade de responder ao pedido da genitora.

O CRP SP considerou que o que estava em questão não era discorrer ou não a teoria no documento, mas sim a falta da análise necessária, relacionando teoria e prática, pois no documento emitido não é possível identificar a fundamentação e sustentação teórico-técnica, embasada na ciência psicológica, que levou a psicóloga a concluir pelo afastamento do genitor do convívio com seu filho.

Diante do exposto, ficou comprovado que a psicóloga infringiu o Código de Ética Profissional do Psicólogo (*):

Das Responsabilidades Gerais do Psicólogo

Art. 1º - São deveres fundamentais do Psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em con-

dições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Sabe-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) assegura o direito à convivência familiar. A presença de ambos os pais deve ser preservada na vida dos filhos, e o afastamento deve ocorrer somente em situação extrema, como última solução, após serem utilizados e esgotados outros recursos, o que não se observa no caso em tela.

(*). Resolução CFP 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP 006/2007, disponível no site: www.crp.org.br – item “legislação”.





Penalidades éticas

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 06/10, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga NEUSA MARIA NASCIMENTO PIMENTEL – RP 06/34674 por:

- Não ter dado ciência à pessoa atendida da necessidade de continuidade de atendimento psicológico e acompanhamento por profissional de outra área, e sugerido encaminhamento.
- Ter quebrado o sigilo profissional, expondo a familiares da pessoa atendida, em situação informal e sem seu conhecimento, aspectos relativos à compreensão de sua dinâmica e hipótese diagnóstica.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Artigos 1º “h”, 9º.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 29/11, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga MARIA DO CARMO TAVARES LEVY – CRP 06/6269 por:

- Ter se apresentado como psicóloga em programa televisivo e em endereço eletrônico, fazendo interpretações associando Xamanismo à Psicologia.
 - Misturar argumentação da Psicologia a outros conhecimentos alheios à ciência psicológica.
 - Publicar serviços psicológicos sem identificar seu nome completo, seu número de registro e identificação do CRP.
 - Divulgar atividades não regulamentadas pela profissão.
- Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Artigos 1º “c”, 2º “f” e “q”, 19, 20 “a” e “c”.

SUBSEDES

Parcerias qualificam atuação

A subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira do CRP SP promove continuamente parcerias para discussão e divulgação de temas pertinentes à Psicologia. Exemplo é o apoio a eventos desenvolvidos pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – campus Baixada Santista, como o Ciclo de Conferências Saúde, Ciência e Democracia, em novembro último, cuja proposta foi debater, criticamente, alguns dos temas mais recentes na relação entre saúde, ciência e sociedade.

Igor da Costa Borysow, subcoordenador da subsede, destaca que as parcerias com a instituição de ensino superior têm impactado positivamente tanto na inserção de estagiários e estudantes nos serviços públicos como por meio de dissertações e teses que contribuem para o avanço das políticas públicas e da Psicologia na garantia de saúde à população. “O contato com um programa de pós-graduação auxilia a subsede a ampliar e qualificar sua atuação na Psicologia, contribuindo para a divulgação de conhecimentos à categoria e colaborando para perspectivas novas na atuação dos psicólogos”, afirma. Segundo ele, o Ciclo de Debates, por exemplo, tratou de momentos de reflexão sobre os temas ligados à saúde e à democracia, como a garantia de direitos e a construção de vínculos.



Os organizadores do Ciclo: Carlos Roberto de Castro e Silva e Marisa Russo e a convidada Alda Lacerda

Revista homenageia César Ades



O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, em 11 de dezembro, a edição especial da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, com os trabalhos vencedores do Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o futuro da Psicologia. A cerimônia, realizada no auditório do CRP SP, contou com a presença da filha do homenageado, Lia Ades. “Os trabalhos publicados na revista revelam a importância e os desafios para a construção de uma agenda estratégica para o futuro

da Psicologia no Brasil e na América Latina”, disse a editora da publicação, Marilene Proença. O Conselheiro do CRP SP, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, que foi aluno de Cesar Ades na universidade, destacou a importância da complexidade do pensamento e dos estudos do mestre na reflexão sobre a Psicologia. Para acessar o conteúdo da revista, entre no site do CRP SP (www.crp.org.br) e clique nos links Publicações/Revista Psicologia: Ciência e Profissão.

Avaliação psicológica no contexto do trânsito

Apesar da revogação do artigo 85 da Resolução CFP nº 3/07, segundo o qual os(as) psicólogos(as) poderiam atender até dez candidatos para a concessão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por jornada de oito horas de trabalho, o CRP SP indica que os(as) profissionais devem respeitar aspectos éticos e técnicos na prestação do serviço, conforme previsto no Código de Ética da categoria. Recomenda, assim, não ultrapassar os dez atendimen-

tos, tendo em vista a complexidade da atividade de avaliação psicológica para o trânsito, cujo objetivo principal é o conhecimento do indivíduo, com vistas à tomada de decisão sobre a condição para conduzir veículos automotores. A avaliação psicológica se baseia em pressupostos científicos, de modo que o(a) psicólogo(a) deve ter clareza de quais aspectos tem de ser investigados e qual a melhor forma de obter informações a respeito deles. O Conselho Federal de Psicologia (CFP)

esclarece que revogou o artigo em virtude de processos judiciais movidos por psicólogos(as) que atuam em clínicas de avaliação para a concessão de CNH, cujas decisões, além de terem suspenso o dispositivo, determinaram a aplicação de multa diária à entidade em caso de inobservância. Segundo nota do CFP, “as decisões proferidas observam que a Constituição Federal estabelece o livre exercício profissional salvo restrições impostas pela Lei”.

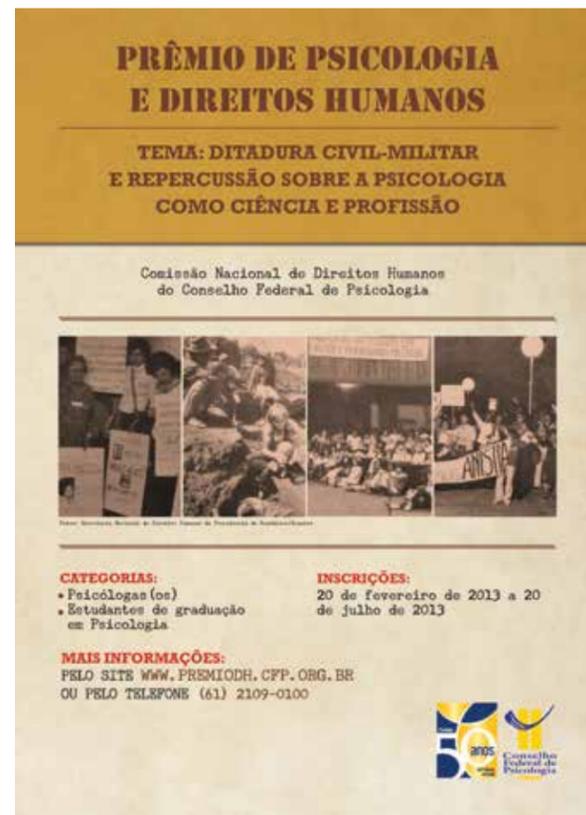


Testemunhos pelo direito à memória e à verdade

A Comissão de Direitos Humanos do CFP lançou a publicação *A Verdade é Revolucionária: Testemunhos e Memórias de Psicólogas e Psicólogos sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)*. O livro é fruto do trabalho e pesquisa da Comissão Nacional e das Comissões Regionais de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, e teve como objetivo principal contribuir para a preservação da história da vida política e social do País.

Em São Paulo, o CRP SP colaborou com o recolhimento de cerca de 27 testemunhos de psicólogos(as), que, de alguma forma, foram vítimas de violência durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). A publicação está disponível para download no site do CFP: site.cfp.org.br/publicacao/a-verdade-e-revolucionaria/

Trabalhos sobre Psicologia e ditadura no Brasil são premiados



Veja abaixo os(as) vencedores(as):

Categoria Profissional

- 1º lugar:** Fernando Lacerda Júnior e Domenico Uhng Hur (Goiás)
- 2º lugar:** Luis Eduardo França Jardim (São Paulo)
- 3º lugar:** Carla Náiyad Castelo Branco Costa Dantas e Ana Maria Batista Correia (Piauí)

Categoria Estudante

- 1º lugar:** Lumena de Aleluia Santos (Bahia)
- 2º lugar:** Fabíola Figueiredo da Silva (São Paulo)
- 3º lugar:** Vinicius Furlan (São Paulo)

Confira as ações da gestão 2010/2013 do CRP SP

Está disponível para consulta no site do CRP SP a íntegra do Relatório de Gestão do XIII Plenário do Conselho.

O material, aberto e público, apresenta a sistematização de todo o trabalho realizado de 2010 a 2013.

Acesse: www.crpssp.org.br e, no menu lateral, clique na opção “Diversos”.



Processos de alcoolização indígena no Brasil: perspectivas plurais

Maximiliano Loiola Ponte de Souza (org.), Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013, 252 ps.

Quais são os critérios para identificar quando o consumo de bebidas alcoólicas se torna problemático? Os critérios biomédicos que definem a dependência ao álcool como uma patologia se aplicam a todos os contextos culturais? O uso do álcool é uma questão de contornos complexos, em especial quando se consideram os povos indígenas, entre os quais problemas relacionados ao uso de álcool aparecem como importantes questões de saúde pública, embora a produção acadêmica nacional sobre o assunto ainda seja relativamente escassa. Como o álcool adquire uma variedade de funções em diferentes grupos sociais, a análise não pode se restringir à ingestão da bebida em si: é preciso relacionar o consumo a processos socioculturais e político-econômicos. É o que defendem os autores dessa coletânea, que descreve e analisa as características específicas dos diversos modos de uso de álcool em diferentes povos indígenas brasileiros. Os capítulos trazem relatos teóricos, etnográficos, historiográficos e de intervenções culturalmente orientadas.

PREÇO: R\$ 45,00 | TELEFONE: (21) 3882-9041 | INTERNET: portal.fiocruz.br

Psicologia e câncer

Valdemar Augusto Angerami-Camon, Karla Cristina Gaspar e Luiz de Andrade (orgs), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013, 544 ps.

A publicação abarca a implantação do Serviço de Psicologia na Unidade de Oncologia do Hospital das Clínicas da Unicamp (Universidade de Campinas). Resgata a trajetória dessa implantação e os diversos obstáculos superados nesse percurso. Assim, estão presentes todas as especialidades necessárias para ampliar a compreensão e intervenção com o paciente com câncer. Reúnem-se então médicos(as), nutricionista, assistentes-sociais, biólogos(as) e psicólogos(as). Também foram arrolados depoimentos de pacientes, familiares e profissionais acerca do câncer e suas implicações.

PREÇO: R\$ 132,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

Psicologia na comunidade: uma experiência

Mauro Martins Amatuzy (org.), Campinas (SP), Editora Átomo e Alinea, 2013, 124 ps

A experiência relatada pelo organizador da publicação e por colaboradores(as) chama a atenção pela simplicidade e originalidade com que as ideias referentes ao sentido social do exercício profissional podem ser disseminadas na comunidade, ao mesmo tempo em que oferece às pessoas oportunidade de crescimento e ajuda por meios menos sofisticados e elitistas. Com o enfoque preventivo do trabalho psicológico, nota-se que em grupos nos quais não existiam queixas, horas marcadas nem dinheiro, as formas como as pessoas se desenvolvem mostraram-se positivas.

PREÇO: R\$ 25,00 | TELEFONE: (19) 3232-0047 | INTERNET: www.grupoatomoealinea.com.br

Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (Dodora), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013, 406 ps.

A proposta principal da publicação é demonstrar como a tortura lesa a humanidade ao se manter como prática. Cabe aos humanos indignarem-se, partindo do princípio de que a tortura supõe três vértices: o torturado, o torturador e a sociedade que a permite. A convicção da autora é que a publicação de testemunhos sobre a prática da tortura, bem como referências históricas e contemporâneas sobre a devastação provocada pela prática, pode sensibilizar o leitor para assumir sua parte na dissolução dessa sustentação.

PREÇO: R\$ 65,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

A Psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito

Christian Ingo Lenz Dunker, São Paulo, Editora Zagodoni, 2013, 288 ps.

Qual o limite entre a brincadeira turbulenta e o ato agressivo? A hipótese desse livro sugere que essa diferença contém um limiar de simbolização importante para a criança. Descobrir a distância entre “brigar” e “brincar de brigar” implica descobrir como funciona uma metáfora, sendo por ela que tem início nossos processos de simbolização. Nessa obra investiga-se como a experiência do tempo em suas diferentes formas de inscrição na linguagem é uma condição crucial para a constituição de um sujeito. E na psicose da criança e no autismo essa inscrição é um movimento fundamental.

PREÇO: R\$ 56,00 | TELEFONE: (11) 2334-6327 | INTERNET: www.zagodonieditora.com.br

Pode o subalterno falar?

Gayatri Chakravorty Spivak, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010, 133 ps.

Publicado primeiramente em 1985, no periódico Wedge, com o subtítulo Especulações sobre o sacrifício das viúvas, esse artigo recebeu repercussão, principalmente após ter sido republicado em 1998, na coletânea intitulada Marxism and the Interpretation of Culture. Ao relatar a história de uma jovem indiana que não pôde se autor-representar fora do contexto patriarcal e pós-colonial, Spivak argumenta que o subalterno, nesse caso a mulher, não pode falar, e, quando tenta fazê-lo, não encontra meios para se fazer ouvir.

PREÇO: R\$ 26,00 | TELEFONE: (31) 3409-4642 | EMAIL: livraria@editora.ufmg.br



**V Congreso Latinoamericano
de Psicología ULAPSI**

Local: Antigua Guatemala
Data: de 14 a 17 de maio de 2014

*“Construindo os saberes e
as práticas de nossa ciência”*

**Objetivo: Propiciar espaços de reflexão com diferentes atores,
sobre suas práticas e saberes da Psicologia na América Latina.**

Dúvidas e outras informações: vulapsi@ulapsi.org




**IV CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**

OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E PROFISSÃO

19 a 23 de novembro de 2014

Informações e Inscrições
www.cienciaeprofissao.com.br
congresso@cienciaeprofissao.com.br
0800-7792013

Local
UNINOVE - Campus Memorial - São Paulo - SP

Promoção Apoio



**Curta nossa página
no Facebook!**

www.facebook.com/crpsp.br

